



**Santa Casa da Misericórdia de Sardoal**

## **RELATÓRIO DE ACTIVIDADES**

**ANO DE 2018**

No cumprimento dos imperativos legais e do Compromisso, submetemos à aprovação dos Irmãos o Relatório de Atividades e as Contas referentes ao exercício de 2018.

Das atividades descritas no Plano de Atividades, damos conta das que foram realizadas e das que se encontram em realização que são as seguintes:

- 1 – Reconstrução do edifício da Rua 5 de Outubro, objecto de atrasos por motivos já amplamente divulgados na Assembleia Geral, com constantes atrasos quer por parte da Segurança Social quer dos Serviços do Município, somente agora estão reunidas as condições para avançar com o concurso para um financiamento através do Fundo Rainha D. Leonor, para podermos concretizar a obra durante o corrente ano;
- 2 - A requalificação do primeiro andar dos claustros, está em fase de finalização do projeto, com entrega das especialidades e ulterior submissão a concurso aos fundos comunitários para ser subsidiada a sua reconstrução.
- 3 – Em elaboração está o projeto para o rés do chão do Centro de Dia, para construção da Creche e de quartos para ampliação da valência de ERPI.

Das celebrações teve relevo especial a procissão do Senhor da Misericórdia ou Visitação, conhecida por “Fogaréus”, a festa do Senhor dos Remédios, da Visitação de Nossa Senhora e a de Santa Maria da Caridade bem como o Dia da Irmandade no dia 17 de Setembro, conforme deliberação já proposta e aprovada pela Assembleia Geral.

No aspecto financeiro as contas anexas falam por si, sendo que a sua explicação será feita pelo responsável da Contabilidade, que também é Irmão da Irmandade e por tudo isso pode e deve estar presente nesta Assembleia.

O resultado apurado, torna-se insignificante atendendo ao momento que se vive no País e no concelho, à falta de comparticipação por parte do Estado, que somente comparticipa com aproximadamente trinta e oito por cento do custo médio do Utente em valência de ERPI, situação que tem reflexos nas dificuldades financeiras de muitos Utentes, atente-se que ninguém é desprezado por não ter mais meios, tudo isto devido ao modo e forma de gerir que ultimamente se tem seguido, apesar das muitas críticas ( **sempre sem fundamento, em nosso entender** ) que por alguns têm sido feitas, tudo isto, repete-se, sem que se tenha perdido a qualidade dos serviços prestados e nos juros derivados dos investimentos em imobilizado.

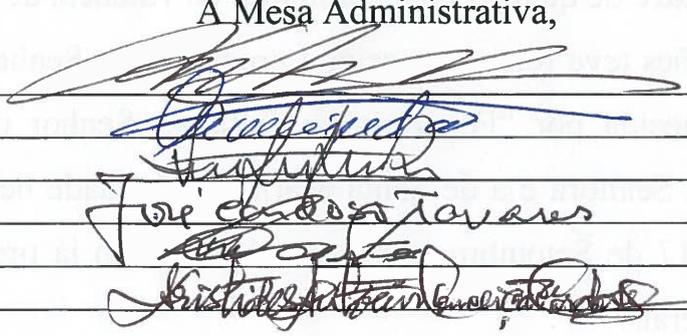
Por tudo o que fica dito, importa realçar a valiosa e generosa dedicação da maioria dos funcionários, sendo certo que alguns, felizmente poucos, não sentem o quão necessário é para as suas vidas, disporem de um vencimento, pago pontualmente e por vezes com algumas dificuldades.

Estaremos disponíveis para prestar os esclarecimentos que porventura sejam considerados oportunos por parte dos Irmãos.

Assim, submete-se à consideração da Assembleia a aprovação do Relatório e das Contas referentes ao exercício do ano de 2018, onde foi apurado um resultado líquido negativo de € 254.530,02, que se propõe seja levado à Conta de Resultados Transitados.

SARDOAL, 2019-03-08

A Mesa Administrativa,

  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2018	31 DEZ 2017
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis		4.724.289,65	2.348.802,90
Bens do património histórico e cultural		847.930,00	847.930,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		20.123,13	18.000,16
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		5.592.342,78	3.214.733,06
<b>Activo corrente</b>			
Inventários		20.722,91	25.738,22
Créditos a receber		82.310,85	138.252,23
Estado e Outros Entes Públicos		13.125,75	8.511,11
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		2.165,00	0,00
Diferimentos		16.283,49	15.912,22
Outros ativos correntes		76.274,44	27.027,86
Caixa e Depósitos Bancários		612.621,86	607.827,03
		823.504,30	823.268,67
<b>Total do ativo</b>		6.415.847,08	4.038.001,73
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos		225.937,34	225.937,34
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		32.959,68	32.959,68
Resultados transitados		-32.044,63	-428.713,10
Excedentes de revalorização		3.228.696,39	847.930,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		1.968.696,11	1.926.209,76
		5.424.244,89	2.604.323,68
Resultado líquido do período		-254.530,02	415.852,22
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		5.169.714,87	3.020.175,90
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		106.344,16	63.859,24
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		106.344,16	63.859,24
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores		197.202,48	186.245,94
Estado e Outros Entes Públicos		50.777,54	46.197,90
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		320.802,90	250.000,00
Diferimentos		1.025,55	1.370,19
Outros Passivos Correntes		569.979,58	470.152,56
		1.139.788,05	953.966,59
<b>Total do passivo</b>		1.246.132,21	1.017.825,83
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		6.415.847,08	4.038.001,73

A Mesa Administrativa

Contabilista Certificado

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de Sardoal  
 DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA  
 PERÍODO FINDO em Dezembro DE 2018

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		Dezembro 2018	Dezembro 2017
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</b>			
Recebimentos de clientes		1.112.535,64	734.480,89
Pagamentos a fornecedores		536.043,13	494.537,40
Pagamentos ao pessoal		1.492.993,54	1.249.367,46
Caixa gerada pelas operações		(916.501,03)	(1.009.423,97)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		534.549,87	675.918,36
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(381.951,16)	(333.505,61)
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Activos fixos tangíveis		21.611,72	45.420,79
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros		2.856,53	2.710,93
Outros activos			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Activos fixos tangíveis			618.902,17
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos		309.205,37	310.826,23
Subsídios ao investimento		0,00	
Juros e rendimentos similares			39.788,54
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		284.737,12	921.385,22
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		147.150,80	1.783,78
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		33.862,98	
Juros e gastos similares		11.278,90	12.170,58
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		102.008,92	(10.386,80)
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>4.794,88</b>	<b>577.492,81</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		<b>607.827,03</b>	<b>30.334,22</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		<b>612.621,86</b>	<b>607.827,03</b>

O Técnico Oficial de Contas

NIF/ Matricula  
501 157 549

A Mesa Administrat

Ju eandos Tavares

Santa Casa da Misericórdia de Sardoal  
**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**  
**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

Contribuinte: 501157549

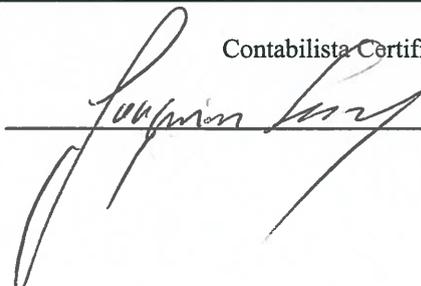
Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados		813.471,54	761.515,44
Subsídios, doações e legados à exploração		641.523,56	580.852,57
Variação nos inventários da produção		-6.140,50	2.770,00
Trabalhos para a própria entidade		9.721,59	11.308,05
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		95.399,50	99.079,10
Fornecimentos e serviços externos		353.612,02	308.404,33
Gastos com o pessoal		1.494.194,62	1.439.989,56
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		34.296,27	-1.135,96
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		386.096,24	1.012.092,65
Outros gastos		28.572,69	8.782,92
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>-161.402,67</b>	<b>513.418,76</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		84.132,18	85.586,13
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>-245.534,85</b>	<b>427.832,63</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros de financiamentos obtidos		8.995,17	11.980,41
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>-254.530,02</b>	<b>415.852,22</b>
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-254.530,02</b>	<b>415.852,22</b>

A Mesa Administrativa

  
 José Carlos Lourenço  
 Presidente da Mesa Administrativa

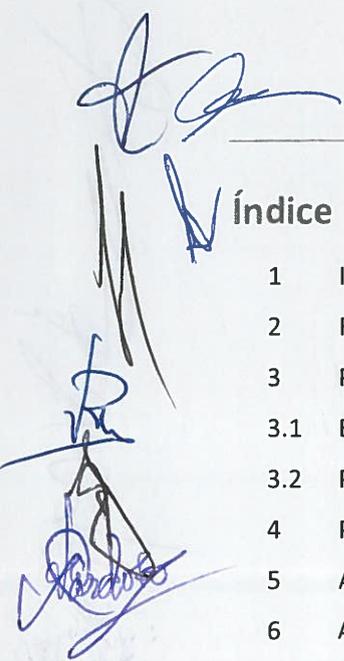
Contabilista Certificado



# Santa Casa da Misericórdia de Sardoal

Anexo

31 de dezembro de 2018

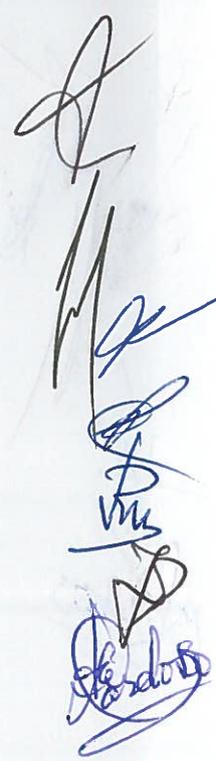


## Índice

1	Identificação da Entidade .....	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras .....	4
3	Principais Políticas Contabilísticas .....	4
3.1	Bases de Apresentação .....	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração .....	7
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros: .....	15
5	Ativos Fixos Tangíveis .....	15
6	Ativos Intangíveis .....	17
7	Locações .....	18
8	Custos de Empréstimos Obtidos .....	18
9	Inventários .....	18
10	Rédito .....	19
11	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes .....	19
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo .....	19
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio .....	19
14	Imposto sobre o Rendimento .....	19
15	Benefícios dos empregados .....	19
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais .....	20
17	Outras Informações .....	20
17.1	Investimentos Financeiros .....	20
17.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros .....	21
17.3	Clientes e Utentes .....	21
17.4	Outros ativos correntes .....	21
17.5	Diferimentos .....	22
17.6	Caixa e Depósitos Bancários .....	22
17.7	Fundos Patrimoniais .....	22
17.8	Fornecedores .....	22
17.9	Estado e Outros Entes Públicos .....	23
17.10	Outros passivos correntes .....	23
17.11	Subsídios, doações e legados à exploração .....	23
17.12	Fornecimentos e serviços externos .....	24
17.13	Outros rendimentos .....	24
17.14	Outros gastos .....	24

17.15 Resultados Financeiros ..... 24

17.16 Acontecimentos após data de Balanço ..... 25



## **1 Identificação da Entidade**

A “Santa Casa da Misericórdia de Sardoal” é uma I.P.S.S. Instituição Particular de Solidariedade Social, sem fins lucrativos, com sede no Largo do Convento, em Sardoal. Tem como atividade as respostas sociais de ERPI, Centro de Dia, Apoio Domiciliário e Creche, desenvolve ainda atividade relacionados com a gestão do seu Património, e Agrícolas.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Santa Casa da Misericórdia de Sardoal opera.

## **2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras**

Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 02 de junho.

## **3 Principais Políticas Contabilísticas**

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

### **3.1 Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

#### **3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

#### **3.1.2 Continuidade:**

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este

pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

### **3.1.3 Compreensibilidade**

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

### **3.1.4 Relevância**

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

### **3.1.5 Materialidade**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### **3.1.6 Fiabilidade**

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

### **3.1.7 Representação Fidedigna**

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmam segurança na hora da tomada de decisão.

### **3.1.8 Substância sobre a forma**

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

### 3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

### 3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

### 3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

### 3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

### 3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

#### 3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

#### 3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3 a 6

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

#### 3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente

atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subseqüentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	2 a 15
Equipamento de transporte	2 a 10
Equipamento biológico	2 a 10
Equipamento administrativo	2 a 10
Outros Ativos fixos tangíveis	2 a 10

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

No ano de 2018 ocorreram revalorizações de terrenos e recursos naturais bem como de edifícios e outras construções. As revalorizações foram feitas através ao valor de 0,50€/ m2 e de acordo com o valor patrimonial tributário actual, respectivamente.

### 3.2.4 Ativos Biológicos

Os “Ativos Biológicos” encontram-se mensurados ao seu justo valor deduzidos os custos estimados no ponto de venda no momento da colheita.

### 3.2.5 Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verificarem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta das unidades de produção em

conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

### 3.2.6 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse Goodwill está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o Goodwill é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

### 3.2.7 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre

que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão de obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão directamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

### 3.2.8 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

### Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram

com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

#### Créditos a receber

Os “Créditos a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

#### Outros instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Passivos” e “Outros passivos a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

#### **3.2.9 Fundos Patrimoniais**

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

#### **3.2.10 Provisões**

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

### 3.2.11 Financiamentos Obtidos

#### Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

E/ou

#### Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira estão contabilizados, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.3. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

### 3.2.12 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) a Santa Casa da Misericórdia de Sardoal está isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC).

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2015 a 2018 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

#### **4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:**

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

No ano de 2018 ocorreu a revalorização dos ativos fixos tangíveis, nomeadamente de Terrenos e recursos naturais e Edifícios e outras construções. Para os Terrenos e recursos naturais, o método utilizado foi a avaliação a 0.50€/ m2. Para os Edifícios e outras construções a revalorização foi calculada através do valor patrimonial tributário actual de cada ativo.

#### **5 Ativos Fixos Tangíveis**

##### Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2017, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	2017					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
<b>Custo</b>	<b>0,00</b>					<b>0,00</b>
Bens Imóveis	0,00					0,00
Arquivos	0,00					0,00
Bibliotecas	0,00					0,00
Museus	847.930,00					847.930,00
Bens móveis	0,00					0,00
<b>Total</b>	<b>847.930,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>847.930,00</b>

No período de 2018, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	2018					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
<b>Custo</b>	<b>0,00</b>					<b>0,00</b>
Bens Imóveis	0,00					0,00
Arquivos	0,00					0,00
Bibliotecas	0,00					0,00
Museus	847.930,00					847.930,00
Bens móveis	0,00					0,00
<b>Total</b>	<b>847.930,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>847.930,00</b>

Outros Ativos Fixos Tangíveis

No ano de 2018 ocorreram revalorizações de terrenos e recursos naturais bem como de edifícios e outras construções. As revalorizações foram feitas através ao valor de 0,50€/ m2 e de acordo com o valor patrimonial tributário actual, respectivamente.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações, revalorizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2017					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	89.673,47			31,25		89.642,22
Edifícios e outras construções	2.566.052,97					2.566.052,97
Equipamento básico	324.282,88	17.235,12				341.518,00
Equipamento de transporte	84.961,88	24.435,67		13.748,17		95.649,38
Equipamento administrativo	79.223,94	3.750,00				82.973,94
Equipamento biológico	1.040,00					1.040,00
Outros Ativos fixos tangíveis	78.504,72					78.504,72
<b>Total</b>	<b>3.223.739,86</b>	<b>45.420,79</b>	<b>0,00</b>	<b>13.779,42</b>	<b>0,00</b>	<b>3.255.381,23</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	823.986,92	51.362,88				875.349,80
Equipamento básico	300.656,58	10.765,34				311.421,92
Equipamento de transporte	84.231,88	6.838,92		13.748,17		77.322,63
Equipamento administrativo	66.647,03	2.795,84				69.442,87
Equipamento biológico	1.040,00					1.040,00
Outros Ativos fixos tangíveis	30.495,65	1.485,55				31.981,20
<b>Total</b>	<b>1.307.058,06</b>	<b>73.248,53</b>	<b>0,00</b>	<b>13.748,17</b>	<b>0,00</b>	<b>1.366.558,42</b>

Descrição	2018					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	89.642,22	36.183,13		70.691,54	593.111,20	648.245,01
Edifícios e outras construções	2.566.052,97	287.687,13		714.271,00	1.787.655,19	3.927.124,29
Equipamento básico	341.518,00	11.703,30	18.159,63			335.061,67
Equipamento de transporte	95.649,38	127,64				95.777,02
Equipamento administrativo	82.973,94	491,09				83.465,03
Equipamento biológico	1.040,00					1.040,00
Outros Ativos fixos tangíveis	78.504,72	32,94				78.537,66
<b>Total</b>	<b>3.255.381,23</b>	<b>336.225,23,00</b>	<b>18.159,63</b>	<b>784.962,54</b>	<b>2.380.766,39</b>	<b>5.169.250,68</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	875.349,80	196.501,26		905.312,22		163.079,26
Equipamento básico	311.421,92	9.398,20	17.685,45			303.134,67
Equipamento de transporte	77.322,63	6.236,56				83.559,19
Equipamento administrativo	69.442,87	3.286,93				72.729,80
Equipamento biológico	1.040,00					1.040,00
Outros Ativos fixos tangíveis	31.981,20	1.518,49				33.499,69
<b>Total</b>	<b>1.366.558,42</b>	<b>216.941,44</b>	<b>17.685,45</b>	<b>905.312,22</b>	<b>0,00</b>	<b>657.042,61</b>

## 6 Ativos Intangíveis

### Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2018					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
<b>Custo</b>						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	14.442,06					14.442,06
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
<b>Total</b>	<b>14.442,06</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>14.442,06</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de	14.442,06					14.442,06

Computador						
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
<b>Total</b>	<b>14.442,06</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>14.442,06</b>

## 7 Locações

A Entidade detinha os seguintes ativos adquiridos com recurso à locação financeira:

Descrição	2018			2017		
	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
Equipamento de transporte	24.435,67	12.217,84	12.217,83	24.435,67	6.108,92	18.326,75
<b>Total</b>	<b>24.435,67</b>	<b>12.217,84</b>	<b>12.217,83</b>	<b>24.435,67</b>	<b>6.108,92</b>	<b>18.326,75</b>

## 8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2018			2017		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	10.000,00	96.194,97	106.194,97	250.000,00	41.882,77	291.882,77
Locações Financeiras	5.965,33	10.149,19	16.114,52	0,00	21.976,47	21.976,47
Descobertos Bancários	22.440,06	0,00	22.440,06	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas	250.000,00	0,00	250.000,00			0,00
Cartão de crédito	32.397,51					
<b>Total</b>	<b>320.802,90</b>	<b>106.344,16</b>	<b>427.147,06</b>	<b>250.000,00</b>	<b>63.859,24</b>	<b>291.882,77</b>

## 9 Inventários

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2017				2018		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	5.794,91	0,00	0,00	7.688,22	195.400,32	98.875,63	8.813,41
Produtos acabados e intermédios	9.000,00		0,00	9.500,00		8.300,00	1.200,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>14.794,91</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>17.188,22</b>	<b>195.400,32</b>	<b>107.175,63</b>	<b>10.013,41</b>

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				99.079,10			95.399,50
Variações nos inventários da produção				2.770,00			-6.140,50

## 10 Rédito

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2018	2017
<b>Prestação de Serviços</b>		
Quotas de utilizadores+ serviços	813.471,54	761.515,44
Juros	954,48	1.216,85
<b>Total</b>	<b>814.426,02</b>	<b>762.732,29</b>

## 11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Não aplicável neste exercício.

## 12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2018	2017
<b>Subsídios do Governo</b>		
Comparticipação CRSS	576.218,28	519.813,06
IEFP	44.031,95	40.589,05
Exp. Agrícola (IFAP)	4.473,33	3.650,46
Protocolo Município Sardoal	16.800,00	16.800,00
<b>Total</b>	<b>641.523,56</b>	<b>580.852,57</b>

## 13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável neste exercício.

## 14 Imposto sobre o Rendimento

Não aplicável neste exercício. A Santa Casa da Misericórdia de Sardoal tem Isenção definitiva.

## 15 Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2018 foi de "116" e em 31/12/2017 foi de "113".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2018	2017
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00

Remunerações ao pessoal	1.244.287,13	1.201.606,65
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	232.843,80	218.293,79
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	8.072,80	8.886,44
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	8.990,89	11.202,68
<b>Total</b>	<b>1.494.194,62</b>	<b>1.439.989,56</b>

## 16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2018	2017
<b>Investimentos em subsidiárias</b>	<b>6.733,77</b>	<b>6.733,77</b>
Método de Equivalência Patrimonial	6.733,77	6.733,77
Outros Métodos	0,00	0,00
<b>Investimentos em associadas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
<b>Investimentos em entidades conjuntamente controladas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
<b>Investimentos noutras empresas</b>	<b>800,00</b>	<b>800,00</b>
<b>Outros investimentos financeiros</b>	<b>19.323,13</b>	<b>17.200,16</b>
<b>Perdas por Imparidade Acumuladas</b>	<b>-6.733,77</b>	<b>-6.733,77</b>
<b>Total</b>	<b>20.123,13</b>	<b>18.000,16</b>

**17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros**

A 31 de dezembro de 2018 e 2017, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
<b>Ativo</b>		
Fundadores/associados/membros - em curso	2.755,00	0,00
Doadores - em curso	0,00	0,00
Patrocinadores	0,00	0,00
Quotas	0,00	0,00
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Perdas por imparidade	-590,00	0,00
<b>Total</b>	<b>2.165,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Passivo</b>		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Resultados disponíveis	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**17.3 Clientes e Utentes**

Para os períodos de 2018 e 2017 a rubrica "Utentes" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2018	2017
<b>Clientes e Utentes c/c</b>		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	82.310,85	138.252,23
<b>Clientes e Utentes cobrança duvidosa</b>		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	102.905,51	228.098,45
<b>Total</b>	<b>185.216,36</b>	<b>366.350,68</b>

Nos períodos de 2018 e 2017 foram registadas as seguintes "Perdas por Imparidade":

Descrição	2018	2017
Clientes		
Utentes	-40.094,53	-6.312,22
<b>Total</b>	<b>-40.094,53</b>	<b>-6.312,22</b>

**17.4 Outros ativos correntes**

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
Adiantamentos ao pessoal	389,05	291,38
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	51.061,91	9.855,81
Outros devedores	21.944,84	14.046,68
Adiantamento a fornecedores	384,65	291,38
Outros ativos	2.493,88	2.493,88
<b>Total</b>	<b>76.274,44</b>	<b>27.027,86</b>

**17.5 Diferimentos**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
<b>Gastos a Reconhecer</b>		
Seguros	1.357,83	1.599,26
Custos diferidos OBS no inventário	11.667,56	11.311,44
Material de Escritório	1.063,88	403,86
Outros Fluidos	1.834,87	2.252,39
Aluguer de Equipamentos	359,35	345,27
<b>Total</b>	<b>16.283,49</b>	<b>15.912,22</b>
<b>Rendimentos a Reconhecer</b>		
Rendas	120,19	1370,19
Outras Receitas	905,36	0,00
<b>Total</b>	<b>1.025,55</b>	<b>1370,19</b>

**17.6 Caixa e Depósitos Bancários**

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2018	2017
Caixa	0,00	0,00
Depósitos à ordem	12.621,86	7.202,61
Depósitos a prazo	600.000,00	600.000,00
<b>Total</b>	<b>612.621,86</b>	<b>607.827,03</b>

**17.7 Fundos Patrimoniais**

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	225.937,34	0,00	0,00	225.937,34
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	32.959,68	0,00	0,00	32.959,68
Resultados transitados	-428.713,10	396.668,47	0,00	-32.044,63
Excedentes de revalorização	847.930,00	2.380.766,39	0,00	3.228.696,39
Outras variações nos fundos patrimoniais	1.926.209,76	42.486,35	0,00	1.968.696,11
<b>Total</b>	<b>2.604.323,68</b>	<b>2.819.921,21</b>	<b>0,00</b>	<b>5.424.244,89</b>

**17.8 Fornecedores**

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Fornecedores c/c	197.202,48	186.245,94
<b>Total</b>	<b>197.202,48</b>	<b>186.245,94</b>

**17.9 Estado e Outros Entes Públicos**

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	13.125,75	8.511,11
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>13.125,75</b>	<b>8.511,11</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	5.726,92	6.149,38
Segurança Social	45.050,62	39.793,14
Outros Impostos e Taxas	0,00	255,38
<b>Total</b>	<b>50.777,54</b>	<b>46.197,90</b>

**17.10 Outros passivos correntes**

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018		2017	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
<b>Adiantamento de utentes</b>		<b>7.041,29</b>		<b>3.610,29</b>
<b>Pessoal</b>				
Remunerações a pagar		33.673,64		49.294,27
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		0,00		0,00
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
<b>Fornecedores de Investimentos</b>		<b>500,00</b>		<b>500,00</b>
<b>Credores por acréscimo de gastos</b>		<b>243.886,06</b>		<b>209.805,66</b>
<b>Outros credores</b>		<b>284.878,59</b>		<b>206.941,97</b>
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>569.979,58</b>	<b>0,00</b>	<b>470.152,56</b>

**17.11 Subsídios, doações e legados à exploração**

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2018 e 2017, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2018	2017
Subsídios do Estado e outros entes públicos	620.250,23	560.402,11
Subsídios de outras entidades	21.273,33	20.450,46
Doações e heranças	0,00	0,00
Legados	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>641.523,56</b>	<b>580.852,57</b>

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

**17.12 Fornecimentos e serviços externos**

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	112.123,81	71.052,39
Materiais	8.437,94	10.072,01
Energia e fluidos	115.139,48	118.754,09
Deslocações, estadas e transportes	168,83	185,61
Serviços diversos	117.741,96	108.340,23
<b>Total</b>	<b>353.612,02</b>	<b>308.404,33</b>

**17.13 Outros rendimentos**

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Rendimentos Suplementares	4.585,42	5.298,63
Descontos de pronto pagamento obtidos	2.059,53	1.626,98
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,40	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	303.060,70	929.961,75
Outros rendimentos	31.539,99	34.199,90
Juros obtidos	954,48	1.216,85
Outros Rendimentos similares	43.895,72	39.788,54
<b>Total</b>	<b>386.096,24</b>	<b>1012.092,65</b>

**17.14 Outros gastos**

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Impostos	3.977,79	1.841,50
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,09	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	474,18	233,35
Outros Gastos	21.836,90	6.517,90
Outros gastos e perdas de financiamento	2.283,73	0,00
<b>Total</b>	<b>28.572,69</b>	<b>8.592,75</b>

**17.15 Resultados Financeiros**

Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2018	2017
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	8.995,17	11.980,41
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>8.995,17</b>	<b>11.980,41</b>

### 17.16 Acontecimentos após data de Balanço

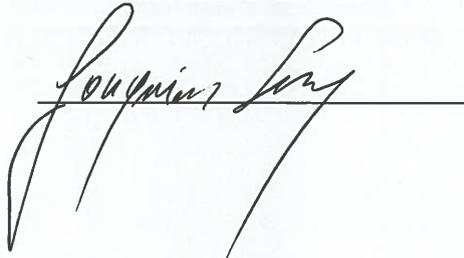
Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pela Mesa Administrativa.

Sardoal, 12 de março de 2018

O Contabilista Certificado



A handwritten signature in blue ink, written over a horizontal line. The signature is stylized and appears to read 'Loupinha Loupinha'.

A Mesa Administrativa



Two handwritten signatures in blue ink, written over a horizontal line. The first signature is large and stylized. The second signature is smaller and more legible, appearing to read 'João Carlos Tavares'.



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da “**Santa Casa da Misericórdia de Sardoal**”, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 6 416 milhares de euros e um total de fundos patrimoniais de 5 170 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 255 milhares de euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa e a demonstração das alterações no fundo patrimonial, relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Ênfases

Conforme divulgado no relatório de gestão e no Anexo à Demonstração de Resultados e Balanço, a Santa Casa da Misericórdia de Sardoal alterou a política contabilística de mensuração dos “Outros Ativos Fixos Tangíveis – Terrenos e Edifícios”. Na sequência da verificação de diferenças significativas entre a quantia escriturada ao modelo do custo e o justo valor dos ativos e, tendo por base uma avaliação independente de entidade externa devidamente credenciada, a entidade procedeu a uma revalorização “Outros Ativos Fixos Tangíveis – Terrenos e Edifícios”, tendo resultado num incremento do ativo fixo tangível líquido e excedentes de revalorização em 2.381 milhares de euros, respetivamente.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

#### Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

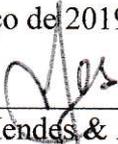
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de gestão**

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Entroncamento, 8 de março de 2019

  
\_\_\_\_\_  
Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, SROC, Lda  
Representada por João Manuel Rosa Lopes (ROC nº 1 029)



## Santa Casa da Misericórdia do Sardoal

### Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Sardoal, no exercício das suas competências que lhe são atribuídas pelas disposições legais e estatutárias, vem pronunciar-se sobre a apreciação das Contas do ano de 2018, cuja elaboração acompanhou, solicitando e obtendo todos os elementos e esclarecimentos necessários para poder dar parecer sobre o mesmo.

Do acompanhamento da vida da Instituição e do conhecimento sobre as propostas contidas no Relatório de Actividades, entendemos estarem correctamente elaboradas as Contas do ano em apreço.

Tal facto permitiu concluir que a Mesa Administrativa evidenciou o maior rigor na elaboração das Contas, sempre no respeito pelas necessidades da Instituição e as normas gerais de uma boa gestão de todo o património.

Os documentos em apreço permitam proceder à avaliação da actividade que se desenvolveu, bem como a compreensão da situação económica e financeira da Instituição e que os requisitos legais e estatutários em vigor foram devidamente observados.

Deste modo o Conselho Fiscal emite o seguinte parecer:

Que sejam aprovados o Relatório de Actividades e as Contas do ano de 2018;

Que o resultado seja levado a Resultados Transitados;

Que seja aprovado um voto de louvor à Mesa Administrativa pela forma como tem desenvolvido as actividades da Instituição.

Sardoal, 2019-03-13

O Presidente

O Vice-Presidente

O Secretário

*João António*  
*Fernando Pizarro de Sousa*  
*Juliana*